

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES**  
Secretaria-Executiva  
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT  
Conselho Diretor do FNDCT – CD/FNDCT

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO  
FNDCT - CD/FNDCT - EXERCÍCIO DE 2022**

**Abertura:** Aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 2022, em reunião presencial na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Bloco E, 5º andar, e por meio de videoconferência, acessada através do link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf> foi iniciada a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CD/FNDCT, com início às 09h e encerramento às 13h. A reunião contou com a participação dos **seguintes membros e convidados:** Sr. Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, Presidente do CD/FNDCT, Johnny Ferreira dos Santos – Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI, atuando na condição de Secretário-Executivo do MCTI, dos **Conselheiros com direito a voto:** 1) Waldemar Barroso Magno Neto, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; 2) Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; 3) Anderson Lozi da Rocha, membro suplente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; 4) Zarak de Oliveira Ferreira, membro titular do Ministério da Economia - ME; 5) Maycon David Stahelin, membro suplente do Ministério da Economia - ME; 6) Fernando Sertã Meressi, membro titular do Ministério da Economia - ME; 7) General de Brigada Carlos Eduardo da Mota Góes, membro suplente do Ministério da Defesa - MD; 8) Victor Pina Dias, membro suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; 9) Carlos Augusto Grabois Gadelha, membro titular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; 10) Jailson B. de Andrade, membro suplente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; 11) Helena Bonciani Nader, membro titular da Academia Brasileira de Ciência – ABC; 12) Idenilza Miranda, membro suplente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 13) Daniel Moczydlower, membro titular da CNI; 14) Débora Mendes Carvalho, membro suplente da CNI; 15) Antonio Renan Arrais, membro titular da CODEFAT. **Convidados:** Pela Finep: Felipe Aurélio Caetano de Bastos – Assessor da Presidência, Otávio Augusto Burgardt – Diretor de Inovação, Marcelo Silva Bortolini de Castro – Diretor Científico e Tecnológico, Hudney Antunes – Superintendente Interino da Área de Controle Orçamentário e Financeiro, Adriano Lattarulo – Diretor Financeiro, Rodrigo Rodrigues Fonseca, Gerente do Departamento de Gestão de Produtos e Inovação Corporativa da Finep. Pelo CNPq: Thales Marçal Vieira Netto – Diretor da DGTI. Pela Capes: Darson de La Torre - Chefe de Gabinete. Pelo MCTI: Christiane Gonçalves Corrêa - Secretária de Articulação e Promoção – SEAPC, Pedro G. Menezes, Chefe de Gabinete - SEMPI/MCTI, Ilmar Victor Marinho Barbosa - Assessor do DECTI/SEPROD/MD, Rafael Aquino dos Santos - Coordenador DECTI/SEPROD/MD, João Eduardo Tabalipa Ferreira - Chefe de Gabinete – SEAPC, Regina Ferreira da Silva - Assessora Especial do Ministro – MCTI, Luciana Sayão - Assessora Especial do Ministro – MCTI, Lilian Regina - Chefe de Gabinete do Ministro – MCTI, Fabio Donato Larotonda - Diretor do Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social – SEPEF/MCTI, José Ricardo Ramos Sales - Coordenação do CAPDA/CT-Amazônia (Ministério da

21

Economia), Eduardo Soriano - Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas – SEMPI/MCTI, José Gustavo Sampaio Gontijo – Secretário de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, Marcos César de Oliveira Pinto - Diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador – DEEMI, Pietro Loretto Vaccaro – Assessor da Sexec/MCTI, Sônia da Costa – Chefe da Assessoria de Gerenciamento de Recursos - ASGRE/MCTI, Bruno Parente – Assessor do Ministro de Estado do MCTI, Giordano Almeida de Azevedo - Coordenador-Geral de Governança de Fundos (CGGF); Lilian Rose Peters – Coordenadora de Monitoramento e Informações - COMON/MCTI, Paula Regina Comin Cabral – Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF/MCTI, Marcela Galo Teodoro – Assistente Técnico – CGGF/MCTI, Elenice Thomas Carvalho – Assistente Técnico – COGEF/MCTI.

**Abertura:** A reunião foi iniciada com a fala do Ministro Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, Presidente do CD/FNDCT. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião, apresentou a pauta e colocou em votação a sugestão do CNPq de inclusão do assunto “Bolsas-Sanduíche” quando fossem tratar das ações suplementares. Todos de acordo, a pauta foi aprovada. Seguindo, passou a tratar sobre o bloqueio de recursos do FNDCT. Registrou que considera esse bloqueio temporário, pois a LC 177/2021 estabeleceu que os recursos do FNDCT não serão objeto de limitação. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Sr. Johnny Santos para que continuasse a explicação sobre o bloqueio de recursos. O Sr. Johnny Santos explicou que, inicialmente, havia uma proposta de bloquear R\$ 426 milhões do orçamento do MCTI e R\$ 2,5 bilhões do FNDCT, mas que ao final a SOF decidiu por não bloquear os recursos do MCTI, mantendo somente o bloqueio dos recursos do FNDCT. Frisou que esse bloqueio ocorre na parcela de recursos não reembolsáveis que até então não havia sido executada. Informou que o MCTI recebeu um ofício da SOF orientando que não fossem feitos novos empenhos. Salientou que o Ministério da Economia não alterou o limite de empenho, mas apenas restringiu-o, não havendo, até àquele momento, a prática de algum ato de governo oficializando o bloqueio dos recursos. Desta forma, corroborou com a fala do Presidente do CD de que, a princípio, os recursos previstos para o FNDCT na LOA deverão ser integralmente disponibilizados até o final do exercício e que não houve cancelamento de dotação até o momento. Registrou que está sendo dado seguimento na execução dos projetos aprovados e que tão logo os recursos sejam desbloqueados, será possível uma rápida execução em relação a eles. O Sr. Paulo Alvim agradeceu os esclarecimentos e ressaltou que o MCTI está trabalhando para executar a integralidade dos recursos estabelecidos na LOA 2022. Na sequência, o Sr. Paulo Alvim abriu a palavra aos conselheiros. Com a palavra, a Sra. Helena Nader agradeceu pelas informações prestadas e pela imediata convocação desta reunião. Alertou sobre a legalidade do bloqueio, uma vez que o contingenciamento dos recursos do FNDCT está vedado por lei. E questionou: *“Caso haja o desbloqueio dos R\$ 2,5 bilhões do FNDCT, quanto é possível empenhar de imediato?”* O Sr. Paulo Alvim respondeu que de imediato, segundo as agências de fomento, é possível empenhar cerca de 10% do saldo não executado. Salientou que são realizadas reuniões semanais de monitoramento da execução dos recursos do FNDCT e que isso ajudou a rápida execução de grande parte dos recursos aprovados no PAI 2022. Rememorando a frustração na execução de projetos que ocorrera em 2021, mesmo diante da edição da Lei Complementar 177/2021, a Sra. Helena Nader questionou se será possível a execução integral dos recursos do FNDCT caso ocorra o desbloqueio. O Sr. Paulo Alvim explicou que em 2021 foi aprovado um Plano Anual de Investimentos baseado na LOA de 2021, mas que somente foi disponibilizado o limite de empenho de R\$ 1,1 bilhão, o que foi executado em sua plenitude, a despeito da disponibilização exígua dos recursos. Segundo ele, no ano de 2022 os recursos previstos na LOA foram

integralmente disponibilizados já no início do ano, o que permitiu uma boa execução orçamentária até o recebimento do ofício da SOF pedindo o bloqueio dos empenhos. A Sra. Helena Nader lembrou que esse é um ano atípico, eleitoral, onde muitas atividades serão bloqueadas devido a legislação do sistema eleitoral brasileiro, oportunidade em que questionou: *“Como a sociedade civil, juntamente com o ministério, podem fazer para reverter esse bloqueio ilegal?”* E complementou: *“Não podemos esquecer que o MCTI não tem mais orçamento, o que mantém a ciência brasileira é o FNDCT.”* Na sequência, o Sr. Paulo Alvim passou a palavra ao Sr. Zarak Ferreira para explicar a situação do bloqueio. O Sr. Zarak Ferreira esclareceu que a cada bimestre o ME faz um relatório de avaliação das receitas e despesas, com base na LRF e na Emenda Constitucional 95. Segundo ele, no que foi apurado até o momento, constatou-se o aumento de despesas de caráter obrigatório, como precatórios de pequeno valor e despesas relacionadas ao plano Safra agrícola. Consignou que com base nesse crescimento de despesas e com vistas a manter EC 95, teto de gastos, algumas despesas terão que ser canceladas para poder suplementar essas novas despesas. Então, nesse rol de despesas a serem canceladas entrou o FNDCT. Registrou que até o momento foram canceladas várias outras despesas exceto o FNDCT. Porém, registrou que existe a intenção de promover o cancelamento das despesas do FNDCT, mas que ainda não sabe quando será feito. Segundo o Sr. Zarak Ferreira, tecnicamente, os termos “contingenciamento” e “bloqueio”, pela legislação, são termos distintos. O contingenciamento envolve a retirada de limites de empenho de valores inferiores a dotação e o bloqueio é para viabilizar o teto de gastos. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha expôs sua preocupação com a contenção orçamentária proposta pela emenda Constitucional 95. Esclareceu que os fundos setoriais e as ações transversais teriam apenas 10% dos recursos, que 70% dos recursos seriam para ações reembolsáveis, e não 50%. Registrou o entendimento de que o CT-Saúde perderia 76% dos recursos e haveria o bloqueio total do CT-Mineral, CT-Transporte, CT-Espacial, CT-Biotecnologia, CT-Info, CT-Amazônia e CT-Aquaviário. Registrou que vê com preocupação essa situação e sugere uma manifestação de consenso do CD/FNDCT com a reafirmação do que foi aprovado na LC 177/2021, reforçando a garantia da plena liberação dos recursos esse ano a tempo de executá-los. Dando prosseguimento, o Sr. Paulo Alvim sugeriu ao Sr. Carlos Gadelha para colocar a proposta de manifestação do CD/FNDCT ao final da reunião, o que prontamente foi aceito pelo mesmo. O Sr. Daniel Moczydlower pediu a palavra para manifestar apoio às palavras da Sra. Helena Nader e do Sr. Carlos Gadelha. Seguindo a Pauta, o Sr. Paulo Alvim passou a palavra ao representante da FINEP para fazer a apresentação do andamento das ações do PAI 2021 e 2022 (Apresentação das Ações não Reembolsáveis - Anexo 01). Com a palavra, o Sr. Waldemar Barroso informou que a Finep está trabalhando para executar as ações, a ela atribuídas, de forma integrada com o MCTI e o CNPq. Registrou que a Finep está à disposição para esclarecimento e visitas por qualquer um dos conselheiros. Na sequência, passou a palavra aos Srs. Marcello Bortolini e Adriano Lattarulo para o seguimento nas apresentações. Finalizada a apresentação, o Sr. Paulo Alvim franqueou a palavra aos conselheiros. A Sr. Helena Nader questionou quem empenha os recursos para as Organizações Sociais, se a Finep ou o CNPq. O Sr. Johnny explicou que as Organizações Sociais têm um contrato de gestão celebrado diretamente com o MCTI. Que o mecanismo de transferência é feito via TED da Finep para o MCTI, com base na carta proposta aprovada pelo CD/FNDCT. Esse crédito é descentralizado ao MCTI, que empenha os valores aprovados nos Termos de Referência em favor das Organizações Sociais e posteriormente realiza aditivos aos contratos de gestão. A Sra. Helena Nader indagou se foram empenhados valores às Organizações Sociais. O Sr. Johnny Santos esclareceu que referente ao PAI 2021 foram empenhados R\$ 272 milhões em 2021 e R\$ 618 milhões em 2022. Registrou que as propostas aprovadas no PAI 2022 ainda não foram empenhadas. Com a palavra, o Sr.



Daniel Moczydlower parabenizou a Finep pela apresentação e reconheceu a sua capacidade de execução. Para ele, a apresentação deixou clara a capacidade da agência em executar a contento o orçamento enquanto disponível. Acrescentou que a execução de quase R\$ 2 bilhões nos primeiros meses do ano é louvável. Em seguida, o Sr. Paulo Alvim passou a palavra ao Sr. Adriano Lattarulo da FINEP para a apresentação dos dados da Equalização no FNDCT(Anexo 02), apresentação essa que demonstrou a evolução da equalização versus as liberações financeiras. O Sr. Paulo Alvim agradeceu aos apresentadores e informou que as duas apresentações da FINEP seriam encaminhadas aos conselheiros após a reunião. Informou também que na elaboração do PAI trabalha-se com uma estimativa de recursos superiores a LOA, visto que a arrecadação nas fontes do FNDCT geralmente supera as estimativas e que esta margem de segurança visa garantir a plenitude da execução dos recursos. A Sra. Helena Nader questionou qual é a porcentagem de recursos alocados para os recursos reembolsáveis, ou seja, quanto de fato a indústria e o empresariado está recebendo da Finep. Em resposta, o Sr. Paulo Alvim informou que há uma disponibilidade orçamentária neste ano de R\$ 4,5 bilhões para o crédito reembolsável e que o Plano Anual de Investimentos de Recursos Reembolsáveis de 2022 foi aprovado com um valor de R\$ 2,1 bilhões. Em seguida, passou-se a tratar do próximo item da pauta, Suplementações. Com a palavra, o Sr. Johnny Santos esclareceu que as propostas de suplementação são referentes a chamadas em curso que apresentaram grande demanda. Esclareceu que a intenção é fortalecer a execução de projetos de boa qualidade em importantes áreas da infraestrutura (CT-Infra), inovação CT-FVA e formação de capital humano (ações do CNPq), atendendo a demandas da sociedade, da comunidade científica e do setor empresarial. Após a fala do Sr. Johnny Santos, a Finep e o CNPq apresentaram as propostas, conforme o Anexo 03. Referente ao CT-Infra, foram submetidas à deliberação as seguintes suplementações: Proinfra - R\$ 100 milhões em 2022; Ambientes Controlados e Salas Limpas – R\$ 50 milhões em 2022; Infraestrutura de Pesquisa em Unidades Vinculadas – R\$ 30 milhões em 2022. Referente ao CT-FVA foram submetidas as seguintes suplementações: Parques Tecnológicos – R\$ 140 milhões (R\$ 70 milhões em 2022 e R\$ 70 milhões em 2023); Laboratórios Abertos de Prototipagem – R\$ 50 milhões (R\$ 25 milhões em 2022 e R\$ 25 milhões em 2023); Centros de Inovação - R\$ 25 milhões (R\$ 12,5 milhões em 2022 e R\$ 12,5 milhões em 2023). Referente às Iniciativas do CNPq, foram propostas as seguintes suplementações: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 – Edital Universal (R\$ 130 milhões em 2022); Programa Nacional de Apoio a Jovens Doutores – Ampliação da Chamada CNPq 2021 para Bolsas Recém Doutor (R\$ 15 milhões em 2022 e R\$ 15 milhões em 2023); Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação, atividade de cooperação internacional no valor de R\$ 40 milhões (Suplementação Chamada CNPq Nº 26/2021 – Doutorado Sanduíche). Esclarecendo a motivação para as suplementações no CT-Infra e no CT-FVA, o Sr. Waldemar Barroso informou que a Finep recebeu um grande volume de pedidos para adesão às chamadas e que as propostas apresentadas eram bastante qualificadas. Em relação as propostas de suplementação para os projetos do CT-Infra e CT-FVA, o Sr. Waldemar Barroso esclareceu que parte das suplementações de infraestrutura se destinam à aquisição de equipamentos e que existe uma demanda reprimida para essa finalidade. Em relação à suplementação para Ambientes Controlados e Salas Limpas, informou que a chamada superou em muito a expectativa inicial que previa R\$ 50 milhões, alcançando uma demanda total de R\$ 240 milhões em propostas. Em relação ao CT-FVA, consignou que se tratam de chamadas que possuem uma demanda reprimida acumulada ao longo de décadas, destacando que a última chamada para Parques Tecnológicos ocorreu em 2013. Na sequência, destacou que o atendimento a essas propostas é importante por dois motivos: possuem demandas bem qualificadas e permitem a imediata execução orçamentária dos recursos. Para esclarecer a justificativa

da propositura das suplementações em ações do CNPq, o Sr. Evaldo Vilela informou que se tratam de iniciativas aprovadas em 2021 e 2022, e que a suplementação decorria do grande número de projetos qualificados e aprovados pelo CNPq. Segundo ele, na ação de fixação de capital humano, denominada Programa Jovens Doutores, que está sendo realizada com as fundações de amparo a pesquisa, busca-se o atendimento a uma demanda qualificada que ultrapassa R\$ 100 milhões. Informou que a proposta de suplementação de R\$ 30 milhões possibilitará atender melhor a diferentes estados, incluindo 24 fundações em várias regiões do país, sendo uma ação de grande impacto para o país. Quanto ao Edital Universal, informou que o adicional de R\$ 130 milhões possibilitará o atendimento a projetos muito qualificados da lista de espera da chamada pública. Destacou que é muito significativo o apoio do CNPq nessas ações, pois fortalece a ciência no país. Esclareceu que o CNPq ao longo dos tempos vem apoiando o pagamento de bolsas no exterior, tal como o doutorado-sanduiche, voltadas principalmente para a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento de CT&I. Em seguida, destacou o papel do Conselho Deliberativo do CNPq, que foi muito importante para ampliação do escopo de atuação da agência no apoio à pesquisa científica. Esclareceu que as Bolsas de Doutorado-sanduiche são concedidas mediante a apresentação de propostas de projetos de pesquisa e sua entrega constitui a pesquisa realizada. Esclareceu que a submissão das propostas é feita a partir de uma rede de pesquisa onde os pedidos são feitos por grupos de pesquisa do Brasil. Esses pedidos são agregados aos convênios e acordos internacionais firmados pelo CNPq. Informou que esse processo de submissão das propostas é fruto de um trabalho de reformulação do modelo de seleção e que, decorrente desse trabalho, houve uma demanda para apoio à aproximadamente 2 mil projetos, alcançando um valor próximo à R\$ 600 milhões para esse tipo de bolsa. Registrou que o apoio prestado pelo CNPq para pagamento de bolsas no exterior encolheu muito nestes últimos anos, onde o valor previsto para 2022 é de somente R\$ 35 milhões. Concluiu informando que a eventual aprovação da proposta de R\$ 40 milhões para as bolsas, acrescida dos R\$ 35 milhões que serão custeados pelo CNPq, serão suficientes para cobrir aproximadamente 20% da demanda qualificada, percentual equivalente ao que historicamente o CNPq sempre apoiou e que irá funcionar como um fator de alento para que não seja frustrada demasiadamente a demanda qualificada na chamada-pública. Após a apresentação do CNPq, o Sr. Paulo Alvim abriu a palavra aos conselheiros. Com a palavra, a Sra. Helena Nader se declarou favorável aos itens apresentados e informou não ter dúvidas quanto ao mérito das propostas apresentadas. Questionou se no conjunto das propostas apresentadas está contemplado o dispositivo legal que estabelece a aplicação de 30% dos recursos para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A esse título, informou que o CONFAP - Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, lançou com várias fundações de apoio da Amazônia o “Amazônia +10”. Registrou que considera pífios os investimentos feitos na Região Amazônica com recursos do FNDCT e sugeriu o CD/FNDCT pensar numa estratégia para atacar o problema. Registrou o entendimento da viabilidade de celebração de parcerias com as FAPs com os recursos do FNDCT, pois também ajudaria a viabilizar a execução orçamentária dos recursos. O Sr. Paulo Alvim esclareceu que em todos os editais é considerado o percentual mínimo de 30% para as regiões incentivadas. O Sr. Paulo Alvim manifestou que o MCTI está comprometido em construir uma proposta para a PLOA 2023 do FNDCT para somar esforços ao “Amazônia+10”. Registrou que não só a Amazônia, mas os 6 biomas brasileiros são objeto das pesquisas do Ministério. Especificamente para a Amazônia, informou que estão sendo preparadas parcerias com o CONFAP, e destacou como exemplo de parcerias que envolvem o FNDCT o “Centelha” e o “Tecnova”. O Sr. Carlos Gadelha questionou se a aprovação dos novos empenhos, os

quais se manifestou favorável, está dentro do teto não reembolsável e se a aprovação de novas propostas irá resultar em algum tipo de remanejamento. O Sr. Paulo Alvim salientou que em relação à previsão de recursos orçamentários para o FNDCT foi considerado um acréscimo, resultando numa quantidade maior de projetos aprovados, de modo a cobrir eventuais frustrações na fase de implementação dos respectivos. Destacou ainda, que no final do ano de 2021, o governo revisou as expectativas de arrecadação, fato que resultou no envio de mensagem ao Congresso Nacional, onde a expectativa de recursos para o fomento do FNDCT foi majorada em quase R\$ 1.4 bilhão, resultando numa estimativa de aproximadamente R\$ 5.6 bilhões em recursos para o fomento a projetos pelo FNDCT. Contudo, o Congresso Nacional aprovou somente o acréscimo de R\$ 300 milhões, chegando ao valor de R\$ 4.527 bilhões aprovados na LOA 2022. O Sr. Paulo Alvim registrou que sempre existe a possibilidade de incorporação de mais recursos em função dos aumentos de arrecadação nas fontes do FNDCT. Salientou que existem muitos trâmites legais para implementação das propostas pelas agências de fomento e, em alguns casos, não é possível a execução orçamentária dentro do próprio exercício, criando-se uma defasagem, fato que explica a prática de buscar integralizar a execução orçamentária no próprio exercício. Neste momento, consultou os demais membros sobre priorizar aquelas iniciativas conforme sugerido pelo Sr. Carlos Gadelha. O Sr. Carlos Gadelha complementou a sua sugestão de priorização deixando claro que entende que deve ser priorizado o que já foi aprovado, oportunidade em que sugeriu também que fossem priorizados recursos para o CNPq, particularmente para as bolsas recém-doutor, feitas as devidas compatibilizações com as suplementações aprovadas na presente reunião. Com a palavra, o Sr. Daniel Moczydlower considerou que as suplementações são relevantes no montante total de recursos já aprovados no PAI 2022 e reconheceu que as iniciativas do CNPq são muito importantes para evitar a fuga de capital humano do país. Sugeriu, então, estimular uma sinergia dos investimentos propostos, de maneira mais transversal, de modo a beneficiar outros projetos de C&T do país. Assim, propôs, que sejam adotados critérios, quando da avaliação quanto à aprovação, para avaliar se as iniciativas propostas guardam vinculação com as propostas advindas dos fundos setoriais, notadamente quanto à demanda por infraestrutura, estudos, bolsas, de modo que a ótica da inovação orientada por missão seja norteadora das ações do FNDCT. Desse modo, acredita que possa ser construído um círculo virtuoso, onde haja complementariedade entre as iniciativas e os recursos sejam direcionados para as áreas mais estratégicas. Encerrada a fase de discussão, o Sr. Paulo Alvim colocou as propostas de suplementação em deliberação, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Na sequência, o Sr. Paulo Alvim submeteu aos conselheiros a recomendação do Sr. Carlos Gadelha quanto a priorização dos projetos vinculados ao CNPq tão logo os recursos sejam desbloqueados. O Sr. Carlos Gadelha complementou esclarecendo que seriam os recursos já aprovados previamente e aqueles cujos os recursos já tenham sido transferidos ao CNPq. A Sra. Helena Nader sugeriu que a priorização das propostas de suplementação fosse feita na seguinte ordem: propostas do CNPq, seguidas pelas propostas do CT Infra. As sugestões foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. Na sequência, o Sr. Paulo Alvim colocou em votação a moção recomendada pelo Sr. Carlos Gadelha, com a incorporação de sugestão de redação da Sra. Helena Nader, conforme segue: *“O Conselho Diretor do FNDCT manifesta-se pela necessidade de liberação dos recursos não reembolsáveis bloqueados de R\$ 2,5 bilhões para viabilizar a execução das atividades e ações aprovadas para o ano de 2022, de acordo com o marco legal existente.”* O texto foi aprovado com três abstenções: Sr. Zarak Ferreira, Sr. Fernando Sertã e o Sr. Vitor Pina. Em seguida o Sr. Paulo Alvim, passou ao próximo item da pauta, qual seja: Proposta de revisão do Modelo de Avaliação Global do FNDCT, o qual foi apresentado pelo Sr. Rodrigo Fonseca da Finep, conforme consta do Anexo 04. Ato

↗

contínuo, o Sr. Paulo Alvim, agradeceu a apresentação e abriu a palavra aos conselheiros. Com a palavra, O Sr. Jailson Andrade registrou que considera fundamental a avaliação da aplicação dos recursos do FNDCT. Destacou que chama a atenção o fato de que o indicador do acompanhamento das patentes muda ao longo do tempo, o que é razoável, pois geralmente esse indicador apresenta mais informações adiante do que durante a avaliação. Em seguida, perguntou se foram consideradas patentes licenciadas e/ou negociadas de fato ou somente patentes sob medida. De outro modo, questionou até que ponto é possível acompanhar os resultados dos incentivos concedidos às startups ou pequenas empresas. Segundo ele, não são informações fáceis de serem avaliadas durante a execução dos projetos, mas, com um intervalo de tempo razoável, consegue-se captar melhor a evolução dos indicadores. O Sr. Rodrigo Fonseca esclareceu que a variável de patentes é avaliada pelo número de pedidos de patente e não pelas patentes efetivamente concedidas, pois os processos de concessão podem demorar muitos anos. Ressaltou que um dos indicadores de resultado do modelo proposto é identificar se novas empresas surgiram do incentivo criado. Consignou que se tratam de indicadores de difícil caracterização e acompanhamento, visto que muitas vezes os projetos apoiados possuem várias fontes de financiamento, o que dificulta o estabelecimento de uma relação direta. Nada obstante, registrou que se decidiu por manter os dados primários. Dessa forma, os resultados poderão ser acompanhados tanto quanto aos produtos da pesquisa quanto das citações e também da produção tecnológica, ou até mesmo se alguma empresa resultou dos incentivos criados pelos projetos avaliados. Com a palavra, a Sra. Helena Nader manifestou a importância do estabelecimento de indicadores para o Modelo de Avaliação Global. Frisou que a cobrança pela avaliação do FNDCT tem sido constante desde a promulgação da EC 85. Consignou a importância do olhar para os investimentos reembolsáveis e não-reembolsáveis. Após, parabenizou pela apresentação realizada e manifestou que considerou interessante o acolhimento de publicações com citação dos impactos da proposta de modelo. Em seguida, questionou como se dará a execução do Modelo de Avaliação Global, pois considera que os indicadores possuem diferentes ponderações e o cômputo final de todos eles traz diferentes perspectivas a depender dos objetivos considerados. Registrou que até o momento não se conseguiu demonstrar ao sistema de controle estatal o quanto o FNDCT é importante à ciência brasileira. Finalizou indicando que gostaria de ver a comunidade científica representada no GAAVA. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha questionou se cronograma previsto será executado pela própria Finep, algum grupo externo ou consultoria. Complementando o questionamento, afirmou que a etapa dois do cronograma tem um formulário de coleta de dados dos instrumentos reembolsáveis. Indagou, então, se os instrumentos não reembolsáveis também seriam passíveis de coleta e avaliação. Em resposta ao Sr. Carlos Gadelha, o Sr. Rodrigo Fonseca esclareceu que os instrumentos não reembolsáveis também serão objeto de coleta e avaliação, mas em outro momento do cronograma. Registrou que todos os instrumentos vão ter a introdução do processo de coleta de dados. E acrescentou: *“quando os pesquisadores e/ou as empresas submeterem os projetos, eles estarão fornecendo informações para a linha de base dos indicadores.”* Respondendo à Sra. Helena Nader, reconheceu que a parametrização dos resultados dos indicadores, nas diferentes modalidades do crédito, é um grande desafio, mas crê na consistência da metodologia que está sendo estabelecida para os recursos reembolsáveis, o que o habilita a concluir que o modelo será igualmente consistente para os recursos não reembolsáveis. O Sr. Paulo Alvim, agradeceu aos esclarecimentos e consignou que referente à composição do GAAVA, caso haja uma solicitação de participação de algum representante da academia, poderão ser encaminhadas sugestões para uma nova composição do colegiado. Encerrada a fase de discussões, o Sr. Paulo Alvim colocou em deliberação a proposta de revisão do Modelo de Avaliação Global do FNDCT, a qual foi aprovada por unanimidade pelos

membros. Passando tratar do último item da Pauta, Assuntos Gerais, foi feita leitura do Acórdão 693/2022 – TCU/Plenário. Com a palavra, o Sr. Johnny Santos esclareceu que o mencionado acórdão estabeleceu algumas determinações e recomendações quanto à gestão do FNDCT. Informou que esse Acórdão possui três determinações mandatórias e mais três recomendações que considera salutar o atendimento. Esclareceu que visando atender ao Acórdão, o MCTI começou a adotar algumas providências, dentre elas, a revisão das diretrizes dos fundos setoriais, que datam de 2013 e 2014, a fim de construir um novo conjunto de diretrizes e prioridades em cada área. Esse trabalho terá o envolvimento dos membros do Conselho Diretor, dos Comitês Setoriais, do setor empresarial, academia e de outros órgãos de governo. Concluiu que haverá uma discussão com a Finep, que será trazida em momento oportuno, em que serão apresentadas outras iniciativas que possam reforçar os instrumentos de planejamento. Com a palavra, a Sra. Helena Nader registrou que participou de um evento em que foi discutida a matriz de risco do FNDCT. O evento contou com a participação do professor Glaucius Oliva, de representantes da Finep e alguns representantes da CNI. Informou que foi um longo processo de auditoria onde se chegou a um relatório e, posteriormente, a um Acórdão. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Johnny Santos apresentou a segunda determinação, a qual refere-se à implementação, pelo MCTI em conjunto com a Finep, de mecanismos de promoção de transparência contínua para todos os projetos financiados com recursos do FNDCT. A esse título, informou que já existe um painel de informações do FNDCT pronto que será disponibilizado no portal Gov.br. Informou que, paralelamente, o MCTI trabalha com a Finep e o CNPq para que seja dada mais transparência à sociedade das ações do FNDCT. A última determinação do acórdão determinou 180 dias para a instituição de uma rotina de recebimento periódico de dados da Finep a fim de comprovar com exatidão o fluxo de caixa dos empréstimos tomados pela empresa junto ao FNDCT. Em relação à esta determinação, o Sr. Johnny Santos informou que será construída uma sistematização desses dados, cujo trabalho já foi adiantado pela Finep e que será posteriormente disponibilizado aos membros do CD/FNDCT. Em relação às recomendações, informou que essas já estão sendo compatibilizadas com a discussão do MAG, ou seja, a implementação de um sistema mais eficiente de monitoramento da execução das ações do FNDCT, com a definição de indicadores, avaliação sistêmica e um plano de monitoramento. Como último assunto a ser tratado, o Sr. Paulo Alvim esclareceu que em reunião com a CNI foi apresentada uma proposta de estruturar a aplicação dos recursos do FNDCT em quatro grandes blocos: Pesquisa Científica, Infraestrutura, Pesquisa Tecnológica e Projetos Estratégicos. Sugeriu, então, que o assunto seja pautado em uma próxima reunião, em julho, a fim de discutir essa proposta, bem como as diretrizes para a elaboração da PLOA 2023. Neste momento, colocou a proposta em deliberação, que foi aprovada pelos membros presentes. Finalizando, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



**PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM**  
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT